

Artigo submetido às Sessões Ordinárias da Área Trabalho, Indústria e Tecnologia, Sub-Área Mundo do Trabalho

Título: A QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO EM MARX

Sandra Teresinha da Silva*

Claus Magno Germer**

RESUMO

Nas últimas décadas, desenvolveu-se ampla literatura fundamentada na teoria de Marx sobre a qualificação para o trabalho, com múltiplos enfoques e conclusões diferenciadas. Em síntese, o que os autores buscam saber é como as inovações realizadas no processo de trabalho refletem na qualificação do trabalhador. As divergências decorrem do fato de Marx não ter explicitado seu conceito de qualificação, abrindo margem para distintas interpretações, apesar de ter apresentado os elementos fundamentais que estão na base do conceito. Assim, este artigo se propôs a extrair o conceito de qualificação de Marx, a partir de sua teoria do conhecimento, como uma contribuição para este debate.

ABSTRACT

In the last decades, a voluminous literature based on Marx's theory about this theme has been developed, with different focuses and differing conclusions. In synthesis, what the authors try to find out is how the innovations in the work process reflect in the qualification of the worker. The divergences in Marxist theory occur because Marx did not explain his concept of qualification, thus opening a space for different interpretations, although he presented fundamental concepts which are in the basis of the concept of qualification. Hence, as a contribution for this debate, this paper proposed itself to isolate Marx's concept of qualification, based upon Marx's theory of knowledge.

* Doutora em Desenvolvimento Econômico pela UFPR e pesquisadora do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná (IPARDES), Curitiba, PR.

** Professor Doutor do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR, Curitiba, PR.

INTRODUÇÃO

A noção de qualificação para o trabalho apareceu com maior acento somente em meados do século XX. A partir de então, constituiu-se em objeto de estudo de várias áreas do conhecimento, consolidando sólida literatura com os mais variados enfoques e distintas interpretações. Na literatura marxista, a discussão sobre a qualificação foi realizada especialmente com base em *O Capital*, obra em que Marx mostra como os processos de produção na sociedade capitalista são incessantemente transformados sob o ímpeto da acumulação do capital, principal força norteadora dessa sociedade. Mostra ainda como esta mudança se manifesta com a intensa divisão do trabalho e sua redistribuição entre atividades e trabalhos parciais.

Tal literatura apontava que quanto mais a produção capitalista simplifica o trabalho pela divisão do trabalho e pela mecanização, mais se deteriora o conteúdo da qualificação. O conhecimento específico do trabalho que caracterizava o artesão, trabalhador individual, se dissolve e, ao transferir-se para o trabalhador coletivo, desaparece a necessidade de qualificação, entendida como domínio completo do trabalho. Apontava também que, paralelamente a esse movimento, reforçou-se a necessidade do desenvolvimento de um conjunto de hábitos, habilidades e comportamentos necessários para, ao nível do trabalhador coletivo, recompor a unidade rompida, de modo a constituir um corpo organizado e autônomo. Nesse sentido, a qualificação do trabalho no modo de produção capitalista foi interpretada por diferentes autores como uma redução da qualificação que possuía o artesão.

Essa concepção foi dominante até os anos 1980, quando começou a ser relativizada, também com base em Marx. A divergência surge numa conjuntura de aceleração da mudança tecnológica, da produtividade e da concorrência intercapitalista, que impõe rápida capacidade de adaptação da força de trabalho às novas condições da produção.

Ou seja, se contrapondo a uma interpretação em que parecia definitiva a demanda de reduzido (ou até a ausência de) conhecimento dos conteúdos do trabalho, surge outra apontando justamente o oposto, tendo por base mudanças na base produtiva e na organização do trabalho. Assim, face à intensificação da concorrência com base na inovação tecnológica, o conhecimento acumulado pelos trabalhadores passou a ser apontado como fonte crucial de inovações incrementais e que, portanto, não pode ser desprezado, nem subestimado. Além disso, os sistemas automatizados, ancorados na microeletrônica, em franca evolução, podem apresentar falhas inesperadas, razão pela qual requerem força de trabalho comprometida, atenta e conhecedora dos equipamentos.

Por outro lado, ao se tentar desvelar essa situação na maior parte das obras publicadas de Marx, evidenciou-se que ele nunca expôs seu conceito de qualificação, e sequer empregou o termo qualificação, ainda que tenha discorrido largamente sobre os princípios filosóficos e econômicos que permitem a sua construção.

Consequentemente, e de modo complementar, a latente controvérsia e a lacuna encontrada nos textos de Marx foram as forças motivadoras deste artigo. O que se propõe é justamente construir o conceito de qualificação em Marx, tendo por base o resgate dos princípios e fundamentos fornecidos pela sua teoria.

O próprio termo qualificação, em si, já aponta uma direção: qualificar-se significa preparar-se para a realização de algo, de determinada tarefa ou atividade. Esse preparo é obtido pelo contato que se tem com a própria atividade, pelo conhecimento que se tem dela. Ou seja, qualificar-se para o exercício de uma atividade pressupõe conhecê-la, dominá-la, estar preparado para realizá-la.

Portanto, o próprio termo qualificação já indica um ponto de partida – a construção do conceito de qualificação em Marx a partir da sua teoria do conhecimento. A leitura de suas principais obras confirmou essa primeira impressão. Dessa forma, a primeira parte deste artigo se dedica a destacar os aspectos essenciais da teoria do conhecimento de Marx que colaboram com a construção do conceito de qualificação.

Além disso, o tema qualificação do trabalho, está diretamente relacionado à divisão do trabalho em trabalho intelectual, ou mental, e trabalho manual, ou material, operacional ou simplesmente ação¹. Isto é, está relacionado diretamente à separação entre a teoria e a prática. Conseqüentemente, é fundamental entender a relação desses dois pólos dialéticos da produção do conhecimento e da qualificação do trabalho na teoria de Marx, razão pela qual também merecerá destaque no texto, compondo sua segunda parte, contudo ao nível mais abstrato da teoria do conhecimento e na proporção em que contribua para a construção do conceito de qualificação.

Na terceira parte do texto inseriu-se uma discussão a respeito de aspectos que se referem às formas sinteticamente denominadas por Marx de ideológicas, que participam também da qualificação para o trabalho em cada período histórico e que se denominou, neste artigo, de dimensão superestrutural da qualificação. Não se pretende nessa parte aprofundar uma discussão sobre ideologia e superestrutura, por não ser esse o objetivo do artigo. Contudo, serão destacados alguns elementos considerados fundamentais da análise de Marx sobre esses temas, com o propósito de explicitar como, e em que medida, tais elementos participam da qualificação para o trabalho.

Na seqüência, e considerando o desenvolvimento das seções anteriores, podem-se definir o conceito de qualificação em Marx e seus conteúdos principais, abstraídos os modos de produção. Ou seja, trata-se de um conceito de qualificação que não se restringe a qualquer forma específica de trabalho, mas que acompanha as modificações históricas do processo de trabalho e permite compreender como se forma o trabalhador de cada época.

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA DO CONHECIMENTO EM MARX PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE QUALIFICAÇÃO

O processo de produção do conhecimento em Marx se baseia na concepção materialista e dialética da realidade social – o materialismo histórico –, que constitui o núcleo científico de sua teoria social. O fundamento central de tal concepção é que a espécie humana tem uma história e que o ser humano forma-se como toda a realidade; que o ser humano não possui uma essência dada biológica ou antropologicamente, desde as primeiras manifestações da humanidade, mas desenvolve uma consciência que se forma na história e que é específica de cada época histórica (MARX; ENGELS, s/d).

Em síntese, a história da humanidade desenvolve-se com base na luta pela sobrevivência, estando ligada à produção material da sua existência. O ser humano nasce da natureza, surge, emerge, afirma-se e realiza suas virtualidades. Graças à sua própria atividade, os indivíduos contraem determinadas relações com a natureza e entre si no seu trabalho, as relações sociais de produção², relações estas fundamentais de qualquer sociedade humana. Não podem se desligar delas, porque delas depende a sua existência.

É nesse mesmo processo de produção da sua existência que os seres humanos geram conhecimentos. Ou seja, há identidade entre o desenvolvimento humano e a produção do conhecimento. A produção do conhecimento envolve um processo criativo, que vai da necessidade à ação, em que os seres humanos conhecem a realidade à medida que criam a realidade humana enquanto seres práticos. Pelo trabalho, os seres humanos apreendem, compreendem e transformam as circunstâncias, ao mesmo tempo em que buscam transformar a realidade em que estão inseridos. Enquanto produzem sua existência, vão além de sua condição biológica, testam seus limites,

1 Com o objetivo de uniformização, ao longo do texto serão empregados somente os termos trabalho intelectual e trabalho manual.

2 Segundo Marx, as relações sociais de produção são mediadas pelo sistema jurídico de propriedade inerente a cada modo de produção.

aprendem sobre si, sobre os outros e sobre a natureza; enfim, produzem conhecimento e se educam; o que permite afirmar que os seres humanos aprendem fazendo.

Essa assertiva remete a duas compreensões essenciais quando o tema em questão é a qualificação para o trabalho. A primeira é que o trabalho é assim, na teoria marxista, a categoria que constitui o fundamento do processo de elaboração do conhecimento: “É onde termina a especulação, isto é, na vida real, que começa a ciência real, positiva, a expressão da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens. É nesse ponto que termina o fraseado vago sobre a consciência e o saber real passa a ocupar o seu lugar” (MARX e ENGELS, s/d, p.27).

A segunda diz respeito à própria teoria do conhecimento em Marx, ou seja, ao modo como os seres humanos produzem conhecimentos. Esse artigo não tem a pretensão de discutir e aprofundar esse assunto. Esse não é seu objetivo³. Contudo, considera-se importante destacar sinteticamente o movimento que se dá entre o pensamento e a ação na produção do conhecimento, essencial para a qualificação, o que se fará na sequência.

Em Marx, o processo de produção do conhecimento consiste de duas etapas: a primeira realiza-se pelo trabalho, com a ação material ou física do ser humano sobre a realidade (natureza e sociedade), e a segunda pela elaboração mental, com base no observado na realidade. Ou seja, a segunda etapa é a ação intelectual, um movimento que ocorre no pensamento, sobre o observado na primeira etapa.

A apreensão da realidade como totalidade coerente, que ela é, requer que a sua representação direta, caótica, no *concreto sensorial*, seja convertida pelo pensamento em uma totalidade igualmente coerente. Mas este resultado do processo, o *concreto pensado*, é um produto do pensamento, inteiramente construído com material abstrato, que são as abstrações ou conceitos teóricos. O *concreto pensado*, portanto, é uma categoria do pensamento, a forma pela qual o pensamento reproduz o real, mas não é o próprio real (GERMER, 2003, p.75, grifos no original).

Assim, para compreender a realidade, o concreto real⁴, é preciso passar necessariamente pela abstração. Todavia, a representação mental que resulta dessa abstração não pode ser considerada mais que uma etapa, ou um grau de compreensão dessa realidade, mas como o único modo possível de reprodução da realidade pelo ser humano. Da mesma forma, a realidade observada deve manter a

3 Para maior compreensão sobre o tema, remete-se para GERMER, C. M. A relação abstrato/concreto no método da economia política. In: CORAZZA, G. **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

4 Segundo Germer, na concepção materialista de Marx o concreto deve ser entendido de dupla forma: “... por um lado, representando a realidade material, que existe independentemente do pensamento e é seu pressuposto. Este é o sentido adequado da expressão concreto real, porque designa o mundo material ou empírico realmente existente, que constitui o ponto de partida real de todo pensamento. No entanto, o ponto de partida do processo de elaboração do conhecimento, indicado por Marx, é o concreto como

identidade durante todo o curso do raciocínio, como garantia de que ele não se perderá no seu caminho, mas que, no seu movimento, ele chegará a um resultado que não era conhecido no ponto de partida.

O pensamento, ao concluir o seu movimento, chega a algo novo em conteúdo daquilo que havia partido. Nesse movimento, o pensamento chega aos conceitos e abstrações, ou “às abstratas determinações conceituais” (KOSIK, 1995), e retorna ao ponto de partida, contudo, não mais como realidade incompreendida, mas como um todo articulado em seus vários elementos e compreendido. Esse movimento ocorre ainda no nível da abstração, no pensamento, reproduzindo idealmente a realidade em seus vários planos e dimensões. Os conceitos que resultam desse processo não passam de abstrações de relações reais e são verdadeiros somente enquanto subsistirem tais relações. O resultado de todo o processo é formalmente idêntico ao ponto de partida; o ponto de partida mantém a identidade, mas pelo movimento (em espiral) no pensamento ele chega a um resultado que não era conhecido, ou seja, tem um conteúdo diverso daquele do qual tinha partido, que corresponde a um nível de compreensão da realidade observada.

Uma vez apreendida a realidade pelo pensamento, realiza-se o movimento inverso de reencontro com o concreto real, reagindo sobre ele. A apreensão da realidade e de elaboração do conhecimento é produto de uma construção progressiva, de uma incessante busca pela verdade e pela apreensão da realidade em constante transformação. E isto ocorre por meio da permanente ação humana sobre a natureza, pelo trabalho. Dessa forma, e o que é importante apontar com maior acento, é que o processo de produção do conhecimento envolve dois momentos, dois pólos indissociáveis: o concreto e o abstrato, ou a prática e a teoria.

Com isso, percebe-se que Marx considera a consciência um produto tardio do desenvolvimento material e que o desenvolvimento humano está intimamente relacionado ao desenvolvimento sociomaterial, ou seja, está circunscrito aos limites do mundo produtivo (LUKÁCS, 1978). Todavia, a história humana evidencia que tais limites não são fixos e estão em constante movimento, porque a realidade sociomaterial não é imutável. Em função disso, o trabalho assumiu várias formas particulares ao longo da história humana e, desde as suas formas mais elementares, está associado a certo nível de desenvolvimento dos instrumentos de trabalho (grau de desenvolvimento das forças produtivas) e da divisão das atividades produtivas entre os diversos membros da sociedade – a divisão do trabalho.

Diversas formas de divisão do trabalho surgiram ao longo da história da humanidade, entre homens e mulheres, entre ramos da produção, internamente a esses ramos e outras. No

representação mental, isto é, como expressão da percepção imediata da realidade através dos sentidos, percepção esta que é uma representação caótica do todo” (GERMER, 2003, p.67-68).

entanto, considera-se que a forma mais importante para compreensão e edificação de uma conceito de qualificação em Marx, objeto deste artigo, e que requer maior análise, é a divisão do trabalho em manual e intelectual. Esse é o tema da seção seguinte.

A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA E O TRABALHO INTELECTUAL E O TRABALHO MANUAL NA QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO

Como visto, no processo de produção do conhecimento não há dissociação entre a teoria e a prática. Retornando a Marx, o trabalho é atividade voltada a um fim, o que pressupõe, sempre, a concepção e a ação, a unidade entre as dimensões prática e intelectual da atividade humana.

Contudo, ao longo da história surgem diferentes formas de trabalho, e muitas delas são classificadas distintamente como trabalho manual e trabalho intelectual, parecendo, de imediato, que as duas dimensões do trabalho, a prática e a intelectual, não somente são realizadas por indivíduos diferentes, mas que excluem qualquer associação entre ambas.

Como entender, então, à luz da teoria do conhecimento em Marx, a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual? O materialismo histórico sustenta que o conhecimento efetivamente ocorre na e pela *práxis*, que expressa a unidade indissolúvel de ambas dimensões distintas do processo de conhecimento: a teoria e a prática. Significa, portanto, que a reflexão teórica sobre a realidade não é uma reflexão diletante ou descomprometida, mas que tem um propósito de transformação.

Nas *Teses sobre Feuerbach*, Marx apontou os elementos para o entendimento desse tema. Na Tese I⁵, colocou a prática como fundamento do conhecimento ao repelir a possibilidade de produção do conhecimento à margem da atividade prática humana, e ao negar a possibilidade de um verdadeiro conhecimento se o objeto é considerado como mero produto da consciência. A prática é, portanto, fundamento e limite do conhecimento (VAZQUEZ, 1968).

5 "O defeito fundamental de todo materialismo anterior – inclusive o de Feuerbach – está em que só concebe o objeto, a realidade, o ato sensorial, sob a forma de **objeto** ou da **percepção**, mas não como **atividade sensorial humana**, como **prática**, não de modo subjetivo. Daí decorre que o lado ativo fosse desenvolvido pelo idealismo, em oposição ao materialismo, mas apenas de modo abstrato, já que o idealismo, naturalmente, não concebe a atividade real, sensorial, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis, realmente diferentes dos objetos de pensamento; mas tampouco concebe a atividade humana como uma atividade **objetiva**. Por isso, **em A Essência do Cristianismo**, só considera como autenticamente humana a atividade teórica, enquanto a prática somente é concebida e fixada em sua manifestação judia grosseira. Portanto, não compreende a importância da atuação 'revolucionária', prático-crítica" (MARX, 1977b, p.118, grifos no original).

Na Tese II⁶, inferindo-se da anterior, Marx aponta o papel da prática no conhecimento numa nova dimensão: não somente proporciona o objeto do conhecimento, como se apresenta também como critério da verdade.

Assim, a teoria não pode se comprovar na esfera do pensamento. Para mostrar sua veracidade tem que adquirir corpo na própria realidade, na forma de prática. Por outro lado, a prática não fala por si mesma, a atividade prática e seus resultados têm de ser analisados, interpretados, pois, como visto anteriormente, não revelam seu sentido a uma observação direta e imediata⁷. O critério da verdade está na prática, mas só se descobre numa relação propriamente teórica com a prática mesma. Não é atividade prática pura, mas sim a unidade do pensamento e da ação.

Desse modo, no trabalho, no âmbito da produção humana, não há separação entre teoria e prática. Todo plano de trabalho (teoria) tem de ser aplicado (prática), tornar-se real para adquirir vida. Todo trabalho, por outro lado, precisa ser guiado, ter um projeto, um plano que lhe dá direção e sentido. A produção humana não se realiza somente com um ou com o outro: é resultado do movimento que ocorre entre os dois pólos. Inferindo-se disso, evidencia-se que a qualificação do trabalho envolve necessariamente essas duas dimensões, independentemente da natureza e complexidade do trabalho realizado. Ou, dito de outra forma, que em qualquer processo de qualificação para o trabalho as duas dimensões, a teoria e a prática, devem necessariamente caminhar juntas, porque não se admite qualquer processo de trabalho em que a concepção, ou a ação, não estejam presentes.

Contudo, tal entendimento da qualificação parece se contrapor à realidade. Na medida em que ocorreu a complexificação do processo de trabalho, produziu-se a dissociação desses dois pólos. E essa dissociação apresenta dois significados concretos: um técnico, em função da divisão do trabalho em manual e intelectual no processo de trabalho, e outro social, porque cada dimensão da produção humana foi atribuída a pessoas diferentes, de acordo com o tipo de inserção que elas têm na sociedade.

Em relação ao significado técnico, essa constatação pode conduzir (e tem conduzido muitos teóricos) ao entendimento de que a produção do conhecimento pode realizar-se isoladamente, sem qualquer contato prático com a realidade; que é possível realizar uma atividade

6 "O problema de se ao pensamento humano corresponde uma verdade objetiva não é um problema da teoria, e sim um problema **prático**. É na prática que o homem tem que demonstrar a verdade, isto é, a realidade e a força, o caráter terreno de seu pensamento. O debate sobre a realidade ou a irrealidade de um pensamento isolado da prática é um problema puramente **escolástico**" (MARX, 1977b, p.118, grifos no original).

prática sem qualquer elaboração intelectual ou compreensão teórica sobre ela; que a teoria do conhecimento de Marx foi condenada pela realidade (história); e outros.

Mas esta não passa de uma aparência da realidade, uma constatação apressada, feita sem a mediação de uma investigação mais aprofundada sobre o assunto. E o ponto de partida e elemento central dessa investigação em Marx, encontra-se, entre outros, no “Prefácio” de *Contribuição à Crítica da Economia Política*. O importante a se destacar dessa obra, como contribuição ao entendimento desse tema, é que Marx define a produção da existência humana como um processo social e não individual, sendo que, ao final do processo, tem-se um produto que é social.

Sendo o resultado do trabalho um produto social e não individual, em decorrência da divisão do trabalho, há condições de se estabelecer diferenças de contribuição entre cada um dos membros da sociedade. Isso permite a separação técnica do trabalho em intelectual e manual, de modo que os indivíduos possam se inserir em cada um deles. E mais, o trabalho manual e o intelectual podem ainda ser mais fracionados e cada fração vir a se constituir em atividade específica de uma pessoa, ou grupo de pessoas, de modo que somente o conjunto delas é responsável pela totalidade do processo de trabalho.

Posto assim, as atividades intelectual e manual permanecem como partes indissociáveis do trabalho, ambas constituem o processo de trabalho, embora possam ser realizadas por pessoas diferentes e, ainda, estabelecer-se uma relação de oposição entre ambas, sem que haja prejuízo para a produção social. Conseqüentemente, de acordo com a atividade que realizam, os indivíduos podem ser considerados trabalhadores manuais ou trabalhadores intelectuais.

No entanto, não se quer afirmar, com isso, a existência de trabalhos intelectual e manual puros, como se o primeiro dispensasse totalmente a atividade prática e o segundo qualquer elaboração mental. Mesmo admitindo-se a possibilidade de fracionamento do processo de trabalho em inúmeras partes, sendo cada qual executado por um indivíduo diferente, aceitar a existência de trabalhos intelectual e manual puros, significaria aceitar que a teoria pode não apresentar qualquer relação concreta com a realidade, podendo ser idealizada sem qualquer destino ou origem real, e não ter qualquer propósito que lhe dê sentido. E também, que a prática pode ser realizada sem qualquer direção, plano ou orientação, e que dela não resulte qualquer compreensão.

Contribuindo com essa análise, recorre-se à Gramsci (1985), que, a partir de uma mesma compreensão do processo de produção do conhecimento, afirma que até mesmo a atividade mais elementar não dispensa o mínimo de reflexão para a sua realização e resulta em compreensão da atividade, o mínimo que seja, permitindo seu aperfeiçoamento; assim como não há atividade

7 Entende-se por imediato o conhecimento que consiste na impressão sensorial direta, que não se realiza por meio de etapas intermediárias que lhe conferem maior sentido e compreensão.

intelectual que não envolva algum esforço físico ou algum objetivo concreto, refletindo uma compreensão humana de processos naturais, produtivos, sociais e históricos. Ou seja, do ponto de vista técnico permanece a associação entre as dimensões intelectual e manual do trabalho.

Gramsci também contribui ao abordar o significado social da dissociação entre a teoria e a prática. Para o autor, o que caracteriza os seres humanos não é o fato de eles serem trabalhadores manuais ou intelectuais, mas a realização desses trabalhos em determinadas relações sociais. Por isso, ele considera um erro metodológico buscar a distinção entre ambos “no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais” (GRAMSCI, 1985, p.7).

Com essa premissa, Gramsci afirma que a distinção do trabalho intelectual do trabalho manual decorre da função social dos indivíduos que os realizam e leva em consideração a direção sobre a qual reside o maior peso da atividade profissional específica: se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. A relação entre essas duas atividades não é sempre igual, razão pela qual existem graus diversos de trabalho manual e intelectual. Assim, os trabalhos manual e intelectual podem variar não somente no conteúdo ou requisitos para a sua realização, ou seja, de acordo com a fase do processo de trabalho, ramos da produção e outros, mas também de acordo com as graduações de elaboração intelectual ou de esforço físico-nervoso que eles pressupõem.

No que se refere especificamente ao trabalho intelectual, ainda segundo Gramsci, a relação que estabelece com o mundo da produção não é imediata, mas mediada, em diversos graus, por todo o contexto social e, acrescenta-se, pelo arcabouço de conhecimento gerado historicamente pela humanidade. Esses diversos graus produzem diferenças qualitativas e compreendem desde os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte e outros, até os supervisores dos processos mais elementares de trabalho, cuja atividade requer desenvolvimento intelectual bastante modesto e geralmente associado ao conhecimento prático do trabalho.

Isso posto, compreende-se que em todas as formas de trabalho, a elaboração mental (teoria) e a ação (prática) estão presentes. Mas que a classificação de trabalhador manual e de trabalhador intelectual encontra correspondência em critérios de classe e da função dos indivíduos na sociedade.

Contudo, tais critérios e implicações não são perceptíveis e claros para toda a sociedade. Tendo em vista seu significado para a organização social, outros elementos emergem da produção da vida material condicionando a consciência que a sociedade tem de si, e o desenvolvimento da vida social, política e intelectual (Marx, 1977a). Esses elementos também participam da qualificação para o trabalho, dizem respeito à compreensão técnica e social do trabalho e, por isso, serão abordados na seção seguinte.

A DIMENSÃO SUPERESTRUTURAL DA QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO

Antes de adentrar propriamente ao assunto, há que se retomar algumas questões fundamentais para a análise que se fará na seqüência. Primeiramente, lembra-se que todo modo de produção apresenta-se como processo de trabalho e expressa relações de produção específicas, a partir dos quais se forma o trabalhador de cada época. Assim, no escravismo o trabalhador é um escravo, no feudalismo é um servo da gleba, no modo de produção capitalista é um trabalhador assalariado, de modo que é a adequação de cada trabalhador à situação do escravo, do servo ou do assalariado, que o qualifica para o trabalho escravo, feudal ou capitalista, respectivamente. Isto significa que, na análise das diferenças de qualificação entre modos de produção, o principal elemento de diferenciação qualitativo está ligado à diferença nas relações de produção.

Em segundo lugar, recorda-se que o trabalho em todos os modos de produção apresenta as mesmas características: é impulsionado pela necessidade de obter a subsistência, pressupõe os trabalhos manual e intelectual, o conhecimento é derivado do trabalho etc. Mas as forças produtivas e as relações de produção, que a elas correspondem, são diferentes em cada modo de produção. As forças produtivas desenvolvem-se qualitativamente de um modo de produção ao seguinte, de maneira que a abrangência e profundidade do conhecimento, em cada um deles, são superiores às do anterior. Conseqüentemente, a qualificação para o trabalho compreende, de modo correspondente, maior amplitude e profundidade do conhecimento e uma adequação técnica manual e intelectual do trabalho a elas.

Nesse sentido, há uma densa literatura que explora como ocorre a qualificação no processo de trabalho, particularmente no modo de produção capitalista, com o advento da simplificação do trabalho obtido com a divisão manufatureira. Esse tema já foi exaustivamente abordado pela literatura da área. O que se pretende neste momento é justamente tratar de outra dimensão da qualificação que advém das relações sociais de produção e que também participa da qualificação do trabalhador de cada época. Isso significa afirmar que tal dimensão não pode estar dissociada de um conceito de qualificação em Marx. Tal abordagem se prende também ao fato da literatura não tratar dos conteúdos desta dimensão articulados a um conceito de qualificação, com prejuízos ao entendimento das demandas de qualificação da atualidade com base em Marx. Trata-se da dimensão que se relaciona à superestrutura da sociedade ou, como apontado sinteticamente por Marx, às formas ideológicas que emergem das relações de produção e das transformações da base produtiva.

Não é objetivo deste artigo discorrer sobre os temas superestrutura e ideologia. Contudo, considerando que a qualificação para o trabalho também incorpora conteúdos superestruturais ou ideológicos, é importante resgatar alguns elementos da análise de Marx a esse respeito, sem os

quais um conceito de qualificação em Marx estaria incompleto. Neste sentido, no “Prefácio” da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx, de forma sintética, apontou sua conclusão quanto à forma como a organização social encontra-se estruturada:

A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral (MARX, 1977a, p.24).

Observa-se a ênfase que Marx confere nesse texto às relações entre o que ele designa por estrutura e superestrutura, ou entre o que ele chama de forças produtivas e relações de produção, entre formas de existência e de consciência. Considerando-se as relações, o texto indica a existência de uma totalidade composta pela estrutura econômica e superestrutura, com seu movimento, desenvolvimento e relações recíprocas. A totalidade não é colocada de modo abstrato, mas de modo concreto, com o ser humano enquanto sujeito histórico real, que no processo social de produção e reprodução cria a base e a superestrutura, forma a realidade social como totalidade de relações sociais. Indica também uma forma de dependência, afirmando que a estrutura econômica é a base sobre a qual se ergue todo o edifício da sociedade. Assim, cada modo de produção gera uma superestrutura que lhe é correspondente e que não é mais do que a expressão das relações materiais dominantes. O destaque para esse aspecto é relevante para a compreensão de como, onde e quais os elementos que definem a qualificação para o trabalho nessa vertente teórica.

Ainda no “Prefácio” da *Contribuição à Crítica da Economia Política* Marx sinalizou também que:

A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material – se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às últimas consequências (MARX, 1977a, p.25).

Da leitura desse texto chama a atenção à última parte, em que muito claramente Marx afirma que as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas constituem, numa palavra, as formas ideológicas. Há, portanto, identidade entre todas aquelas formas em relação a estas, que as englobam. Na superestrutura cabem tanto o jurídico e o político quanto as formas da consciência social, que, somados, formam um conjunto por serem determinados pela base econômica.

Entretanto, isso não significa um “caminho de mão única”, pois todos esses elementos não apenas se articulam como interagem continuamente: “o desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico etc., baseia-se no desenvolvimento econômico. Mas todos eles reagem uns sobre os outros e também sobre a base econômica” (ENGELS, 1968, p.2).

Embora maior responsabilidade para as mudanças sempre caia sobre a produção material, o conjunto de elementos que dela participam estabelece múltiplas relações, interage permanentemente numa relação dialética, em que todos os elementos são influenciados ao mesmo tempo em que também influenciam a evolução histórica e social. Dessa forma, no bojo da produção material, os elementos que a conformam evoluem conjuntamente, ao mesmo tempo em que contribuem para a sua evolução.

Marx ressalta a importância das condições materiais de existência para a explicação das formas ideológicas, por serem estas determinadas por aquelas. Diz, por outro lado, da importância das relações superestruturais como meio de expansão ou como entrave ao desenvolvimento das forças produtivas. Analisando-se sob essa ótica, verifica-se que esses elementos são partes de uma totalidade, diferenciações no interior de uma unidade. Há reciprocidade de ação na relação dos vários elementos que, por sua vez, compõem uma totalidade orgânica.

Por outro lado, há que se considerar que a relação dos seres humanos uns com os outros no trabalho é problema que se refere à estrutura, à base econômica da sociedade. Levando-se em conta a caracterização do trabalho social, tais relações são objetivamente determinadas pela estrutura técnica da produção, isto é, a cooperação entre os indivíduos na produção da sua existência expressa a sua interdependência técnica na produção. Analisadas desse modo, as relações sociais de produção não constituem um trabalho, mas dão origem a uma parte do trabalho intelectual, que é a da representação conceitual e teórica destas relações entre os indivíduos. Embora não se concebam essas relações como trabalho, elas fazem parte do trabalho concebido como trabalho social. Sendo assim, a qualificação para o trabalho pressupõe, também, uma adequação à forma destas relações em cada momento histórico. E o conteúdo relativo à adequação às relações sociais de produção, para o que pode ser chamado de processo social de adequação às relações de produção, é um problema da estrutura, mas também da superestrutura da sociedade.

Além disso, quando o tema central em torno do qual se articula a reflexão é a qualificação para o trabalho, a classe social é fundamental, não somente como uma prática, ou como definida por uma relação técnica na produção, mas também como uma vinculação econômico-ideológica. Desse modo, ela é uma dimensão crucial da articulação estrutural, com sua raiz na base econômica – que responde pela sua forma objetiva – e com a sua afirmação no plano ideológico – em que se torna capaz de identificar seus próprios interesses, de defini-los face aos das outras

classes, e em que se organizam e agem de acordo com eles. A classe social é a base objetiva dos conflitos político-sociais e das transformações históricas. Sua formação e qualificação se fazem em ambos os planos, o econômico e o ideológico. Assim é que as condições econômicas, embora as mais importantes, não são as únicas responsáveis pela definição de um conceito de qualificação do trabalho em Marx. Articulado a elas existe um conjunto de conceitos e pressupostos morais, legais, jurídicos, enfim, ideológicos que também estão presentes na qualificação para o trabalho.

O termo ideologia vem de uma escola filosófica influente e importante na França no fim do século XVIII e início do século XIX, para a qual existe uma ciência das idéias, isto é, dos conceitos abstratos, que estuda sua gênese e pode reconstituí-la integralmente a partir das sensações (LEFEBVRE, 1968).

Marx transformou o significado do termo, tornando-o pejorativo. Para ele, ideologia não designa apenas uma teoria explicativa, mas uma teoria que assume uma outra dimensão, um caráter místico, um reflexo deformado da realidade.

Seu pensamento sobre esse tema está sistematizado em *A Ideologia Alemã*, em que, juntamente com Engels, postula que na sociedade capitalista a classe dominante procura difundir seus fundamentos e princípios, imprimindo a moral que lhe é própria, em toda a sociedade. Esse direito lhe é conferido pela posse dos meios de produção em geral, incluindo-se o direito de posse da ciência (conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade). Assim, a distribuição das idéias depende, predominantemente, da distribuição do poder econômico da sociedade:

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas uma consciência, e é em consequência disso que pensam; na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é lógico que esses indivíduos dominam em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; as suas idéias são, portanto, as idéias dominantes de sua época (MARX; ENGELS, s.d., p.55-56).

Assim, as teorias morais, num mesmo tempo histórico, coincidem, em maior ou menor extensão, com as condições econômicas vigentes. Como a sociedade se desenvolveu por antagonismos de classe, a moral é uma moral de classe, construída para justificar a hegemonia e os interesses da classe dominante e a opressão da classe dominada e constitui-se num dos aprendizados que devem ser adquiridos pelas gerações mais jovens, internamente a cada classe social.

Em Marx, a consciência (social) que nasce de uma *práxis* só a reflete fielmente em situações bastante definidas, quando não está envolvida em véus nebulosos (expressão utilizada em *O Capital*), e as relações entre os seres humanos permanecem diretas. Em modos de produção determinados, como no modo de produção capitalista, a realidade (*práxis*) produz representações, que aumentam ou diminuem a falta de transparência de uma sociedade. Os seres humanos em suas

interações produzem aparências, as quais, diferentemente das ilusões, que não apresentam consistência, são o modo de aparecer das atividades humanas no seu conjunto, em um momento dado. Elas têm relação com a realidade.

As formas ideológicas, para Marx, nascem da interação (prática) dos grupos e dos indivíduos e não pertencem, pois, a toda a sociedade, mas provêm de invenções particulares no quadro social, onde os grupos (classes) lutam por se afirmar e dominar. Elas formam uma linguagem da vida real e, por consequência, não exercem pressão social direta sobre o indivíduo (a não ser em situações particulares e extremas), mas o envolve, conferem-lhe sentido e orientação. Elas pressupõem a convicção e a adesão. A organização da sociedade e o poder que se exerce sobre ela devem ser aceitos. Uma estrutura social, com relações sociais e jurídicas definidas, deve obter o consentimento de grande parte, senão da totalidade, de seus membros. Sem essa adesão, não existem grupos sociais, não existe sociedade construída.

Assim, todas as formas sociais têm uma razão de ser no crescimento e desenvolvimento das sociedades, nos níveis das forças produtivas e das relações sociais. É a ideologia que obtém o consentimento dos oprimidos, dos explorados, e que os representa de maneira tal que lhes extorque, além da riqueza material, a aceitação e mesmo a adesão “espiritual”. Ela explica e justifica certo número de ações e de situações que têm necessidade de serem explicadas e justificadas, tanto mais quanto são absurdas e injustas.

Portanto, aqueles que detêm o poder material (econômico e político), segundo as relações sociais e jurídicas existentes, detêm também o poder intelectual e difundem seus conteúdos, pensamentos e conceitos de classe, erigindo-os como pensamentos de toda a sociedade.

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder *material* dominante numa dada sociedade é também a potência dominante *espiritual*. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a dominante; dizendo de outro modo, são as idéias do seu domínio (MARX; ENGELS, s.d., p.55-56, grifos no original).

Em síntese, as formas ideológicas partem de certa realidade, embora parcial, substituem a totalidade real por uma totalidade abstrata, irreal, fictícia. Retratam a realidade por meio de representações já existentes, selecionadas pelas classes dominantes, admitidas por elas. Por conseguinte, têm duplo caráter: geral e abstrato, por um lado, e representativo de interesses definidos e particulares, por outro. Apresentando-se como uma totalidade, esforçam-se para responder a todas as questões, a todos os problemas, propondo concepções de mundo. Ao mesmo tempo, impõem maneiras de viver e se comportar, condutas e valores de classe (LEFEBVRE, 1979).

Assim, a ideologia se apresenta dessa forma como algo que se objetiva na realidade social, histórica e concreta, exerce peso decisivo na organização da vida social. Ela se encontra em todos os níveis sociais – econômico, político, científico, artístico etc. – e em todas as manifestações de vida individual e coletiva.

Portanto, a qualificação para o trabalho também tem um conteúdo ideológico, sendo constituída também por elementos da superestrutura. É nesse âmbito que se define também o trabalho intelectual como superior ao trabalho manual e se estabelece a desvantagem deste em relação ao conhecimento gerado e acumulado pela humanidade. Tal definição ocorre por ação da classe que detém o poder material e decisório no processo produtivo (dominante), e que detém também a posse dos meios de produção intelectual. A classe dominada, em sua maioria, não tem tido, historicamente, acesso aos instrumentos teórico-metodológicos que lhe permitiriam romper com a relação de domínio, ou sequer compreendê-la plenamente⁸. Ao contrário, incorpora, de modo acrítico ou não, e dá continuidade ao desenvolvimento de pressupostos e conceitos da classe dominante, como se os interesses, percepções e condições de classe fossem os mesmos.

E, nesse aspecto, Marx colabora com sua teoria da alienação, alertando que não existem idéias simplesmente falsas da realidade, mas uma realidade falseada, invertida, alienada etc., que provoca a representação ideológica correspondente. Essas representações e esse falseamento da realidade estão na base da qualificação para o trabalho e atingem todos os indivíduos, difundindo as idéias que buscam adaptá-los, mantê-los e conformá-los na sua condição social.

No caso da produção capitalista, por exemplo, é ao trabalho assalariado que o trabalhador tem de ser qualificado, ou seja, ao trabalho expropriado dos meios de produção, dividido e comandado pelo capital. É no trabalho com essa peculiaridade que se definem o conteúdo e a habilidade que o trabalhador deve possuir, bem como as formas de comportamento individual e coletivo convenientes que deve ter em relação à produção, para caracterizá-lo como trabalhador assalariado que, ao vender sua força de trabalho, perde o controle do processo de trabalho e o resultado dele.

Portanto, o modo como os seres humanos se educam, se qualificam, emerge de condições de classe e de processos interativos que se realizam no dia-a-dia para resolver seus problemas de sobrevivência. Para auxiliar nesse processo, a produção capitalista consolidou todo um aparato que participa do processo de qualificação, que envolve uma estrutura de carreira interna às empresas, com aspectos técnicos e comportamentais explícitos ou não; meios de comunicação, ao qual

⁸ Não se nega, com essa afirmação, a luta de classes que se realiza cotidianamente na sociedade, presente nas relações diárias de produção, em sindicatos e outros. Processos de contratendência e de intervenções estão presentes em todo processo histórico e, se bem-sucedidos, podem abrir um canal diferenciado de comunicação, com um conteúdo diferente. Contudo, lembra-se que o poder e a abrangência dos instrumentos empregados pelas classes antagônicas são muito desiguais.

edificou um vasto ramo da produção, que vai desde a fabricação de instrumentos de comunicação (rádios, televisões, telefones, computadores, filmes etc.), até as redes de comunicação (radiofônicas, cinematográficas, telecomunicações etc.); um aparato jurídico que normatiza os procedimentos, direitos e deveres do trabalho; e ainda uma estrutura educacional que tem na educação escolar sua mais forte expressão.

Além das habilidades necessárias ao desenvolvimento de qualquer trabalho, tais aparatos difundem um conjunto de conteúdos que tem a dupla função de adequar o trabalho à sua condição de classe subjugada e explorada, mas também ao caráter coletivo/combinado do trabalho, originado com a divisão do trabalho e aprofundado no modo de produção capitalista. Não se pode separar essas duas adequações, porque ambas se complementam na formação do trabalhador. Contudo, elas possuem diferentes sentidos. Enquanto a primeira expressa a condição de subjugação do trabalhador como não proprietário dos meios de produção, e que para sobreviver (no sistema capitalista) necessita vender sua força de trabalho⁹, a segunda é resultado do aspecto técnico do desenvolvimento das forças produtivas, que se inseriu desde os primórdios na história da humanidade.

Em relação a esta última, há que se mencionar o aperfeiçoamento contínuo dos instrumentos de produção, mas, especialmente, a importância da divisão do trabalho, desde as formas mais primitivas baseadas na idade e no sexo, até as formas contemporâneas, alicerçadas na divisão manufatureira do trabalho que se constituiu em base para o próprio desenvolvimento do instrumental de trabalho da atualidade.

Assim, os conteúdos da qualificação evoluíram historicamente, ficando inicialmente restrita ao aprendizado direto do trabalho, pela observação e relacionamento com os mais experientes, restritos a ramos e gêneros da produção e, após, a diversos ofícios, até chegar à divisão manufatureira do trabalho, divisão esta própria do modo de produção capitalista e, portanto, marcada pelas relações sociais de produção que lhe são inerentes.

Nesse processo, ao mesmo tempo em que a capacidade intelectual requerida para pensar integralmente o processo de trabalho foi desaparecendo para o conjunto dos trabalhadores¹⁰, foi crescendo a necessidade de desenvolvimento de um conjunto de habilidades e comportamentos para

9 Lembrando-se que em outros modos de produção (escravista, feudal) a condição de sobrevivência do trabalhador era outra.

10 Destaca-se que aqui não se está falando na totalidade do processo de trabalho. E ainda, reitera-se que até mesmo na atividade manual mais diminuta, o trabalhador não deixa de refletir sobre sua atividade, havendo elaboração mental ao longo da realização de seu trabalho parcial, e que a atividade intelectual sempre mantém vínculos com a realidade, com a atividade prática, para que se coloque como tal.

a recomposição da unidade rompida com a intensa divisão do trabalho, a fim de constituir o processo de trabalho integrado e organizado. Emergiu então, uma série de conteúdos que têm o propósito de habituar o trabalhador ao trabalho coletivo, que se comprometa com sua atividade e, mais que isso, que mantenha a concentração e a disposição para o trabalho repetitivo e monótono. A realização de trabalho com essas características requer muito mais capacidade de concentração:

Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sintam o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece por isso menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 1975, p.202).

O desenvolvimento dessa capacidade se faz no próprio âmbito da produção e na sociedade em geral, envolvendo aspectos legais, contratuais, morais, educacionais e outros que, conjuntamente, corroboram para a qualificação do trabalhador.

O CONCEITO DE QUALIFICAÇÃO EM MARX

Como visto, no processo de trabalho, na produção material, os seres humanos interpretam continuamente sua ação, elaboram conhecimentos e elevam suas capacidades, ou seja, qualificam-se. Esse desenvolvimento de capacidades jamais desaparece, porque pressupõe contínuas necessidades humanas de existência. Assim, desenvolvem sua capacidade de trabalho, que compreende um conjunto de condições físicas e mentais, desenvolvidas na medida em que realizam atividades voltadas à produção em geral. Dessa forma, é condição fundamental da produção (qualificação para o trabalho), ao mesmo tempo em que também é resultado dela (qualificação no e do trabalho).

Tal concepção pressupõe que as condições físicas e mentais dos indivíduos se modificam, variam ao longo do tempo, à medida que o trabalho é transformado em decorrência do avanço das forças produtivas, das quais ele (o trabalho) também faz parte. Em linhas gerais, representam a síntese de uma série de elementos, tais como: a quantidade e qualidade dos meios utilizados para produzir, incluindo-se o desenvolvimento das ciências e sua aplicação; a forma como é organizada socialmente a produção; e o grau médio de destreza e a capacidade de abstração sobre as condições objetivas de trabalho.

Isso significa que a qualificação tem sempre duas dimensões indissociáveis, a prática e a intelectual, independentemente do tipo de trabalho realizado e do estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Por conseguinte, a qualificação para o trabalho compreende a adequação ou preparo para atividade prática ou função propriamente dita, tanto manual quanto intelectual, e

decorre de atividades voltadas à produção em geral, realizadas com diversas finalidades. Seu conteúdo e complexidade variam, refletindo o desenvolvimento das forças produtivas em cada momento histórico, a produção do conhecimento e a sua aplicação no processo produtivo e as modificações sofridas pelo trabalho. Esse conjunto de elementos faz com que as condições físicas e intelectuais dos seres humanos, ou seja, sua capacidade de trabalho, se alterem historicamente, mas também que esta alteração se constitua em condição para a realização do trabalho em determinado momento histórico. Ou seja, os indivíduos não somente se qualificam na atividade que realizam, mas precisam estar, ao menos minimamente, capacitados para realizá-la plenamente.

Essa concepção de qualificação parece ser suficiente no que se refere ao desenvolvimento da capacidade técnica de trabalho em qualquer contexto histórico, razão pela qual será tratada como qualificação técnica. Nesse conceito distinguem-se suas duas dimensões: a dimensão técnica manual da qualificação e a dimensão técnica intelectual da qualificação. Contudo, compreende somente um dos aspectos da qualificação, porque o indivíduo que trabalha está inserido num contexto social estruturado e organizado, e que desenvolve uma série de mecanismos que procuram lhe dar sustentação, extrapolando o âmbito da produção propriamente dita.

Na seção anterior deste artigo, demonstrou-se que a qualificação do trabalho envolve também uma série de requisitos legais, morais, culturais e outros, os quais são reproduzidos não somente no nível da produção, mas também por uma série de instrumentos ideológicos, como a educação, a religião, os meios de comunicação, as organizações sociais, a família e outros. Tais requisitos estão presentes no âmbito da superestrutura, reagem sobre a infraestrutura e participam da formação do trabalhador de cada época. Assim, tais requisitos são incorporados à qualificação e constituem outra dimensão da qualificação, que será tratada como qualificação superestrutural.

Em síntese, a qualificação do trabalho engloba as duas dimensões – a técnica e a superestrutural. Embora tenham sido tratadas distintamente, elas estão articuladas uma à outra, constituindo uma unidade: a qualificação do trabalho. Portanto, a qualificação é realizada no âmbito da estrutura econômica e da superestrutura, engloba capacidades físicas, intelectuais, morais, jurídicas, comportamentais e outras, que conjuntamente fornecem os conteúdos e os elementos que constituem o trabalho manual e intelectual, adequando o trabalhador não somente à função que realiza ou que deve realizar, mas também como membro de uma classe social.

Desse modo, considera-se qualificado para o trabalho o indivíduo que desenvolveu essas duas dimensões da qualificação, ou seja, que possui capacidade técnica (intelectual e manual), independentemente de seu nível de complexidade, desenvolvida no e pelo trabalho e imerso nas relações sociais de produção, bem como os requisitos morais, ideológicos, políticos, enfim, superestruturais, que o vinculam à atividade que realiza, entregando-se à sua realização.

Há que se observar que a literatura marxista que trata do tema qualificação confere maior ênfase aos aspectos que envolvem a qualificação técnica, o mesmo não ocorrendo com os aspectos que envolvem a qualificação superestrutural. Apesar disso, salienta-se que os aspectos ideológicos e comportamentais da qualificação têm assumido maior importância, especialmente na literatura desenvolvida a partir da década de 1980, reportando-se aos requisitos comportamentais requeridos pelo setor produtivo a partir de então, embora nem sempre articulados a um conceito de qualificação e, em alguns casos, focalizados como novidades. Esse fenômeno se baseia nas alterações sofridas pelo trabalho e na sua forma de organização, o que já foi dito anteriormente. Todavia, é preciso reiterar que o conceito de qualificação extraído da teoria de Marx engloba as duas dimensões e que elas não estão dissociadas. Tal assertiva não elimina a possibilidade de que, com os avanços na produção material, maior peso possa ser conferido a uma dimensão ou a outra, em função das características que assume o trabalho e da qualificação para realizá-lo, atualizando os conteúdos que o constituem.

Isso posto, acredita-se ter levantado os elementos fundamentais que constituem o conceito de qualificação do trabalho em Marx, abstraídos os modos de produção da existência humana. Todavia, há que se apontar que outros elementos se introduzem ao longo da história, conforme ocorrem modificações no processo de trabalho, e que são incorporados pela qualificação, adequando-a ao modo como se realiza a produção.

Tendo em vista tais alterações, a qualificação para o trabalho manual e intelectual também se diferencia e acompanha os diferentes graus existentes entre eles. Essa diferenciação ocorre historicamente e tem, na sua base, a própria divisão do trabalho e o regime de propriedade. À graduação de trabalhos intelectuais e manuais corresponde uma graduação de qualificações, nas dimensões técnica e superestrutural.

No trabalho intelectual há maior complexidade da atividade mental, compreendendo desde os trabalhadores que exercem a coordenação de todo o processo produtivo, até aqueles que fazem a supervisão direta de um grupo de trabalhadores que realiza uma fase específica do processo de trabalho. A qualificação técnica intelectual destes últimos, comparada ao conjunto de trabalhadores que supervisiona, distingue-se apenas por um grau maior de conhecimentos obtidos pela experiência acumulada em anos de trabalho. Os trabalhadores que assumem a direção geral do processo produtivo, por outro lado, requerem qualificação técnica intelectual e superestrutural que os possibilitem compreender a totalidade da empresa que dirigem, como também compreender a relação que ela estabelece com o mercado, com outras empresas, outros ramos produtivos etc. Numa relação intermediária, situam-se os técnicos, engenheiros e outros, para os quais a

qualificação técnica intelectual se restringe a determinado campo do conhecimento, com diferentes níveis de aprofundamento.

Os diferentes trabalhos manuais, por outro lado, requerem habilidades diversas: em uns é necessário maior força física, em outros maior agilidade e rapidez de movimentos; em uns o movimento é mais delicado, em outros requer maior força bruta etc. No processo de trabalho congrega-se todo esse conjunto de qualidades produtivas individuais, que são despendidos ao mesmo tempo, da forma mais econômica.

Apesar disso, sem prejuízo ao exposto e entendendo que os indivíduos assumem funções diferentes no conjunto da produção social, pode-se afirmar que o trabalho intelectual e o trabalho manual possuem objetos distintos: enquanto para o trabalho intelectual os objetos são as abstrações, o desenvolvimento de conceitos, a aplicação destes a mecanismos que dão impulso ao progresso técnico (aplicação tecnológica), ou ainda a elaboração dos projetos produtivos e a direção do processo de trabalho nos mais diferentes níveis; para o trabalho manual, os objetos são os materiais do próprio processo de trabalho. Destaca-se, contudo, que ainda assim é impossível separá-los completamente, pois os conceitos são representações dos materiais naturais, das suas propriedades e relações etc., enquanto a manipulação dos materiais naturais pelo trabalho manual baseia-se nos conceitos e sistemas de conceitos que representam as suas propriedades, relações etc.

Analisando sob outro ponto de vista, pode-se dizer que a teoria é produto avançado do trabalho intelectual, mas não somente dele. Como visto, a teoria é conhecimento e, portanto, não se opõe à prática, mas é unidade do trabalho intelectual e do trabalho manual. Embora com o desenvolvimento histórico elas se separem, de modo que o trabalho intelectual se opõe ao trabalho manual, isso não ocorre inteiramente, uma vez que parte do trabalho intelectual global continua a realizar-se nos locais de trabalho, embora executado por trabalhadores diferentes. Da mesma forma, as relações sociais de produção, na medida em que dizem respeito às relações dos seres humanos uns com os outros no trabalho, pressupõem elaboração intelectual por todos os membros da produção, para que dominem e elaborem os conceitos que dizem respeito à constituição do trabalho social.

Portanto, admite-se que as fronteiras que permitiriam caracterizar, com segurança, determinado trabalho como manual ou como intelectual não são perfeitamente delineadas. Assim, a formulação de Gramsci de distinção entre trabalho manual e intelectual, de acordo com o peso da elaboração intelectual e o esforço muscular-nervoso na atividade exercida, se constitui em contribuição essencial que deve ser incorporada ao conceito de qualificação para o trabalho, para distinguir a qualificação técnica manual da qualificação técnica intelectual.

A partir da definição do conceito de qualificação a com essa compreensão, pode-se demonstrar que em diferentes momentos históricos a qualificação envolve tanto a dimensão técnica

como a superestrutural, ainda que os conteúdos afetos a elas se alterem historicamente. As mudanças de conteúdo ou de peso de uma dimensão em relação à outra ocorrem em função das transformações desencadeadas no próprio processo de trabalho e na organização social.

Por conseguinte, a abrangência e a profundidade do conhecimento do modo de produção ulterior são superiores às do anterior, o que requer adequação manual e intelectual ao trabalhador. Com isso, a qualificação técnica pode ser distinguida em qualificação técnica intelectual e qualificação técnica manual para o trabalho, de acordo com o peso da atividade intelectual e manual, bem como a função de cada membro do processo de trabalho.

Além da dimensão técnica, tem-se também a dimensão superestrutural da qualificação, que diz respeito ao conjunto dos trabalhadores, intelectuais e manuais, e envolve uma série de requisitos legais, comportamentais, morais e outros, produzidos e reproduzidos não somente no nível da produção e das relações sociais, mas também por outros elementos da estrutura social, como a família, religião, educação, meios de comunicação etc. É essa dimensão da qualificação que prepara o trabalhador, independentemente da função que exerça, para o reconhecimento social da sua atividade, posicionando-o como membro do trabalhador coletivo e como membro de uma classe.

CONCLUSÕES

Considerando o objetivo do artigo de construir o conceito de qualificação em Marx, o ponto de partida da exposição foi o destaque aos aspectos centrais de sua teoria do conhecimento, o que permitiu entender como os seres humanos se qualificam. Desse primeiro passo emergiu a necessidade de se explicitar outros dois aspectos, a relação teoria e prática e suas implicações na classificação de trabalhos como manuais e intelectuais, e o papel da superestrutura na qualificação, abstraídos os modos de produção. Esses aspectos foram abordados em seções específicas.

Como resultado, definiu-se que a qualificação engloba duas dimensões, a técnica (manual e intelectual) e a superestrutural. A qualificação técnica compreende um conjunto de capacidades físicas e intelectuais que preparam o trabalhador para determinada atividade e é construída por meio de um processo, que envolve a produção em geral, as relações de produção, a transformação da matéria, a atividade manual e intelectual, processos educativos voltados a essa finalidade e outros.

Ainda que pela teoria do conhecimento de Marx a atividade manual e a atividade intelectual não se separem e estejam associadas dialeticamente na realização do trabalho, viu-se que, com o desenvolvimento histórico, ocorreu tal separação e pessoas distintas passaram a se encarregar

especificamente de uma ou de outra atividade de trabalho. Entretanto, sendo a produção da existência humana um processo social e não individual, no âmbito do processo de trabalho a unidade é mantida.

Além da dimensão técnica, verificou-se que a qualificação tem também a dimensão superestrutural, que envolve uma série de requisitos legais, comportamentais, morais e outros, adequando o trabalhador, independentemente da função que exerça, ao caráter coletivo do processo de trabalho, mas também à sua condição de classe.

Assim, o conceito de qualificação desenvolvido neste artigo diz respeito a todos os seres humanos, à sociedade atual e às passadas, não se restringe a qualquer forma específica de trabalho, contempla conteúdos técnicos e superestruturais e acompanha as modificações históricas do processo de trabalho. As pessoas se qualificam na sua vida cotidiana, no trabalho, na escola, relacionando-se umas com as outras, modificando a matéria com a qual trabalham, a si mesmas e a sua realidade.

A partir do conceito desenvolvido, considerou-se qualificado para o trabalho o indivíduo que possui capacidade técnica (intelectual e manual), independentemente de seu nível de complexidade, desenvolvida no e pelo trabalho e imerso nas relações sociais de produção, bem como os requisitos morais, ideológicos, políticos e outros superestruturais que o vinculam à atividade que realiza, entregando-se à sua realização.

Conforme apontado na introdução do artigo, os requisitos superestruturais da qualificação têm assumido maior importância na literatura desenvolvida especialmente a partir da década de 80, sem, contudo, estarem articulados a um conceito de qualificação. Além disso, em alguns casos, eles são apresentados como novidades, ou como indícios de que a análise de Marx sobre o processo de trabalho e os seus fundamentos para a qualificação para o trabalho estariam perdendo sentido, por contemplarem conteúdos que não dizem respeito à qualificação técnica, intelectual ou manual.

O estudo teórico da obra de Marx explicitado por meio deste artigo, por outro lado, evidenciou que os aspectos superestruturais não podem ser pensados ou dissociados de um conceito de qualificação elaborado a partir de Marx. Neste sentido, este artigo apresenta uma contribuição original, construindo um conceito de qualificação a partir de Marx que permite entender e explicar as mudanças históricas na demanda de qualificação para o trabalho, bem como os mecanismos desencadeados para que ela se desenvolva.

A partir da definição do conceito com essa abrangência, pode-se demonstrar que em diferentes momentos históricos a qualificação envolve tanto a dimensão técnica como a superestrutural, ainda que os conteúdos afetos a elas se alterem historicamente. As mudanças de conteúdo ou de peso de uma dimensão em relação à outra ocorrem em função das transformações desencadeadas no próprio processo de trabalho e na organização social.

Posto assim, o conceito de qualificação não se limita a entender apenas como as pessoas se qualificam, mas incorpora os conteúdos e conceitos que surgem das novas formas de trabalho que se apresentam ao longo da história, assim como dos reflexos que produzem na estrutura social.

Portanto, o conceito de qualificação não é estático nem imutável, mas construído historicamente, porque acompanha as transformações que ocorrem no trabalho, com as decisões, mediações e contradições nele existentes. Ademais, o seu resgate, afirmação ou superação, tendo em vista o movimento da produção humana, se põe como necessidade fundamental para a criação de novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

- ENGELS, F. **Anti-Dühring**. Leipzig: [S.n.], 1878. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/engels/antiduhring>>. Acesso em: 17 fev. 2004.
- ENGELS, F. **Carta a Konrad Schmidt**. Londres: [S.n.], 1890. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/engels>>. Acesso em: 17 fev. 2004.
- ENGELS, F. Engels to Borgius. In: **MARX and Engels Correspondence**. [S.l.]: International Pub., 1968. Disponível em: <www.marxists.org/archive/marx/works/1894/letters>. Acesso em: 03 jul. 2004.
- ENGUITA, M. F. **Trabalho, escola e ideologia**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.
- GERMER, C. M. A relação abstrato/concreto no método da economia política. In: CORAZZA, G. **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- KUENZER, A. Z. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1985.
- KUENZER, A. Z. **Educação e trabalho**. Salvador: Fator, 1988.
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LEFEBVRE, H. **Sociologia em Marx**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- LEFEBVRE, H. **MARX: com uma antologia de textos de Marx**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1964.
- LEFEBVRE, H. **O marxismo**. 4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de ciências humanas**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 1-18, 1978.

MARX, K. **O capital**: o processo de produção do capital. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Livro 1.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977a.

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos I**. São Paulo: Edições Sociais, 1977b. p. 118-120.

MARX, K. **Das Kapital**: Kritik der politischen Ökonomie, Band I. Frankfurt/M: Ullstein Materialien, 1981.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 4.ed. Portugal: Editorial Presença, s/d.

SILVA, S. T. **A qualificação para o trabalho em Marx**. Curitiba, 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Setor de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal do Paraná.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.